



Boletim 1: Participação Junho de 2025

Este boletim de pesquisa faz parte de uma série de três edições cujo objetivo é oferecer um panorama de três eixos temáticos, caros à equipe do CIESPI/PUC-Rio, abordados nos artigos organizados na base de dados bibliográficos “Participação Infantil e Juvenil – Produção Acadêmica na América Latina (2005-2023)”, a saber: participação, decolonialidade e intergeracionalidade.

Essa base foi desenvolvida no âmbito do projeto “Participação cidadã: população infantil e juvenil em foco”, coordenado pela professora Irene Rizzini (PUC-Rio/DSS/CIESPI), com o apoio da FA-PERJ (CNE - Processo E-26/201.113/2022). Nele, analisamos diferentes aspectos da participação cidadã e do protagonismo de crianças, adolescentes e jovens no Brasil.

Mais informações sobre o projeto e sua equipe de pesquisadoras podem ser encontradas em: www.ciespi.org.br.

Autora: Mônica Figueiredo | Editoras: Irene Rizzini e Renata Brasil

1.0 - Introdução

A participação social e o protagonismo de crianças e adolescentes englobam um conjunto de estudos que vem se ampliando nos países latino-americanos nos últimos anos. É um tema que vem ganhando destaque nas pesquisas acadêmicas, em espaços de discussão e no âmbito das normativas e políticas públicas. Neste texto, destacamos diversos aspectos desta produção, do ponto de vista de sua contribuição teórica e das mudanças paradigmáticas ocorridas no escopo dos direitos humanos dessa população.

Participação social é um conceito fundamental para a democracia. No entanto, constitui um desafio complexo de ser realizado, promovido e respeitado. O direito à participação de crianças e adolescentes envolve o direito de opinar e influenciar na tomada de decisões em assuntos que lhes dizem respeito, além de garantir espaços seguros e acesso à informação para que possam se expressar e decidir se desejam participar ou não (Rizzini, 2018, 2024).

A Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (CDC/89) constitui o principal marco que embasa a participação de crianças e adolescentes nos países signatários. De acordo com a Convenção, o direito à participação infantil está vinculado

aos artigos que tratam da vida cultural, deficiência e processos judiciais. Especificamente, os artigos 12, 13, 14 e 15 tratam do direito de expressar livremente suas opiniões, dos direitos à liberdade de pensamento, consciência e religião, bem como da organização e reunião pacífica em associações. No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) alinha-se à Convenção em seus pressupostos.

A efetivação do direito à participação tem relação com o desenvolvimento da consciência crítica, sendo aprendida e aprimorada por meio da prática (Giorgi, 2010; Gallego-Henao, 2015). Entre os benefícios apontados na literatura especializada, destacam-se: o desenvolvimento de habilidades cognitivas e sociais; ampliação de interesses; maior envolvimento nas esferas familiar e comunitária, resultando em melhoria nos processos de comunicação e maior proteção no que se refere a possíveis abusos e violências (Magistris, 2018; Cussiánovich, 2010; Alfageme; Cantos; Martinez, 2003).

Neste boletim de pesquisa apresentamos uma breve análise acerca dos principais temas presentes na base de dados bibliográficos “Participação Infantil e Juvenil – Produção Acadêmica na América Latina (2005-2023)”. Atualmente a base conta com 254 artigos em português e 189 em espanhol, perfa-

zendo um total de 443 publicações acadêmicas, disponíveis para consulta. Trata-se de uma base especializada de grande relevância para apreensão do que vem sendo produzido, pensado e discutido sobre o tema da participação infantil e juvenil no Brasil e em outros países da América Latina.

2.0 - Principais focos de pesquisa

Os estudos publicados no período abrangido pela pesquisa (2005-2023) refletem as mudanças nas concepções que orientam as relações entre crianças e adultos nos diversos contextos em que interagem. Essas investigações destacam a importância de reconhecer a capacidade de participação protagônica desses sujeitos em cada etapa de suas vidas.

No Brasil, a maioria das publicações analisadas concentra-se na participação infantil e juvenil no contexto escolar. Embora respeitem as especificidades do ambiente educacional, seja na educação infantil ou nos anos finais de formação, os estudos latino-americanos compartilham a compreensão de que a escola constitui um espaço privilegiado para o exercício da participação social, do protagonismo e da formação cidadã de crianças e adolescentes. Assim, o contexto escolar se apresenta como um terreno fértil para estudos, experiências, observações e análises, o que se reflete no expressivo volume de pesquisas voltadas para esse campo.

Na produção brasileira, observa-se um grande volume de estudos que relacionam a importância da participação com os processos de aprendizagem, sob uma perspectiva socioafetiva e de formação humana. De maneira geral, destacam-se os estudos que analisam abordagens pedagógicas voltadas à promoção da participação ativa dos estudantes, especialmente das crianças pequenas.

Entre os formatos participativos de crianças e adolescentes, nos artigos brasileiros, destacam-se as análises sobre a participação na gestão e no orçamento escolar, que, em alguns casos, envolvem os grêmios estudantis. O grêmio estudantil é frequentemente apontado como uma ferramenta de ação pe-

dagógica e um espaço educativo para a formação cidadã e política de crianças e adolescentes na escola pública brasileira.

As publicações nos demais países latino-americanos enfatizam mecanismos e abordagens pedagógicas que favorecem a participação e o protagonismo infantil e juvenil, com foco sobre metodologias participativas, incluindo o planejamento pedagógico, a construção de dinâmicas do cotidiano, em projetos de rádio escola e jornais estudantis, ampliando esses formatos para um envolvimento comunitário que fomenta o exercício da cidadania.

Constata-se que a participação sociopolítica constitui a segunda maior temática abordada nas publicações, tanto no Brasil como nos demais países da América Latina. No contexto brasileiro, este tipo de participação é frequentemente descrito como participação cidadã. O conceito de participação cidadã refere-se à participação social e ao engajamento de crianças e adolescentes como cidadãos (Rizzini, 2024), compreendendo-a como uma forma de exercício da cidadania, embora limitadas pelas restrições legais ao exercício político desses sujeitos. As experiências classificadas como participação política estão, em grande medida, vinculadas a programas e projetos institucionalizados, evidenciando a relevância das iniciativas organizadas nesse processo.

3.0 - Questões emergentes na participação infantil e juvenil

Outro eixo de análise que gostaríamos de apontar refere-se às inovações na investigação acadêmica sobre a participação e o protagonismo infantil e juvenil. Nos últimos anos, estudos sobre a participação de crianças, adolescentes e jovens na elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas no Brasil têm ganhado destaque, consolidando-se como uma das tendências recentes na discussão acadêmica. Alguns marcos importantes nesse contexto incluem normativas que institucionalizam a participação em espaços de debate e construção de políticas públicas. Esses avanços podem estar relacionados ao aumento de iniciativas que promovem a

participação em conferências, conselhos de direitos, fóruns e programas governamentais ou institucionais (Figueiredo; Rizzini, 2024).

A relevância deste debate é evidenciada pelo aumento de publicações na área. Entre as iniciativas brasileiras destacadas estão a participação de adolescentes e jovens no Parlamento Brasileiro, que reforça a importância de fomentar espaços de participação cidadã como parte do processo de formação política. Além disso, movimentos e políticas voltadas para a defesa de questões ambientais também passaram a ser analisados nos estudos recentes, demonstrando que o interesse pelo ativismo político de crianças e adolescentes é uma tendência emergente (Pereira, 2016; Santana, Santos, 2016; Silva et.al., 2018).

Outro campo de interesse nas publicações brasileiras é o direito à participação infantil no contexto do cuidado em saúde. Essa discussão inicial está fundamentada em normativas relacionadas ao direito à participação, à informação e ao princípio do melhor interesse da criança (Ele; Albuquerque, 2019; Maia et. al. 2021; Guaranha; Antunes; Motta, 2023).

Em âmbito internacional, especialmente em países latino-americanos, observa-se um crescente interesse pela participação de crianças e adolescentes em um mundo cada vez mais digital (Serrão; Sarmiento; Santana, 2021, 2022; Tomaz, 2023). Estes estudos analisam como as mídias transformam as formas de interação intergeracional e destacam o protagonismo infantil nos espaços virtuais. O uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) por grupos juvenis, bem como o ativismo digital de adolescentes, tornou-se um foco relevante, especialmente após a pandemia. Esses estudos podem se consolidar como uma tendência significativa no campo acadêmico. Por fim, outro tema emergente é a relação entre os movimentos migratórios de crianças e adolescentes latino-americanos e o protagonismo social desses grupos (Vera-Álvarez; Riquelme-Sandoval, 2022).

4.0 - Lacunas no debate: desafios para a produção acadêmica

Neste último eixo de análise, destacamos algumas lacunas na produção acadêmica sobre a participação de crianças e adolescentes na América Latina. Conforme apontado anteriormente, a participação em espaços de decisão e construção de políticas públicas desponta como um tema relevante no cenário acadêmico brasileiro contemporâneo. Entretanto, enquanto se consolida como uma tendência de pesquisa no Brasil, observa-se uma significativa escassez de produções acadêmicas sobre o tema nos demais países da região. Por exemplo, identificamos apenas um artigo em língua espanhola abordando essa temática (Corrales-Soto; Moralles-Villalón; Rivadeneira-Valenzuela, 2022). Esse dado evidencia o caráter incipiente das discussões nesse formato participativo, sinalizando um longo caminho a ser percorrido para que se reconheça e valorize a participação, por exemplo, de jovens representantes oficialmente eleitos nos espaços de deliberação de políticas com foco sobre a população infantil e juvenil.

No contexto brasileiro, o direito das crianças e adolescentes de participar no campo do judiciário está intimamente ligado ao Princípio do Melhor Interesse (ONU, 1989). No entanto, os estudos apontam que, na prática, a representação de crianças é frequentemente mediada por adultos, desconsiderando-se as vozes infantis e juvenis. Isso revela um cenário no qual predomina uma postura adultocêntrica, como fortemente apontado na literatura latino-americana, em que o direito de participar e ser informado sobre questões que afetam suas vidas depende do julgamento e das decisões dos adultos.

Outros temas que merecem atenção incluem aqueles marcados por uma baixa produção acadêmica, como a participação de crianças e adolescentes em situações de acolhimento institucional ou em cumprimento de medidas socioeducativas (Barros, 2017). Esses temas foram escassamente representados na amostra de artigos analisados. Essa lacuna pode refletir, tanto a invisibilidade social desses es-

paços, como as dificuldades metodológicas e éticas de se realizar estudos nestas instituições.

Ademais, a participação e o protagonismo de crianças e adolescentes indígenas ou do campo são áreas igualmente pouco exploradas. Isso aponta para os limites e desafios enfrentados pelos pesquisadores que tentam abordar esses contextos, ao mesmo tempo em que revela oportunidades promissoras para investigações futuras.

Por último, mas não menos importante, constatamos que a participação de crianças e adolescentes como sujeitos nos processos de construção e desenvolvimento da pesquisa é um tema recorrente ao longo do período analisado, embora em quantidade reduzida. Os estudos existentes trazem importantes contribuições para o avanço da pesquisa com esse público, propondo mudanças significativas na postura dos pesquisadores. As reflexões apresentadas nestas publicações têm fomentado o uso de metodologias inclusivas e participativas, que promovem crianças e adolescentes de meros objetos de estudo a co-constructores do conhecimento. Essa abordagem reflete uma mudança paradigmática no universo acadêmico, tornando-o mais respeitoso e empático em relação às perspectivas infantis e juvenis.

5.0 - Considerações finais: possíveis tendências de estudos e temas transversais na pesquisa sobre participação infantil e juvenil

Ao explorar os temas emergentes, identificamos uma tendência de estudos sobre metodologias, ferramentas e formatos educacionais que promovam a participação e o protagonismo infantil e juvenil. Nas publicações brasileiras, registramos estudos a partir de 2017 que tratam de práticas pedagógicas conectadas aos chamados “nativos digitais” através da educomunicação (Dutra, 2019; Rodrigues, 2023). Apesar de a educomunicação não ser uma ferramenta desconhecida do campo educacional, o que atrai é seu uso voltado à promoção do protagonismo e participação desses grupos a partir do acesso à informação. O uso de plataformas digitais e desenvolvimento de tecnologias voltadas para o aprendizado

ganha outros recortes a partir da experiência educacional no contexto pandêmico, trazendo um novo olhar sobre as implicações do uso de tecnologias na infância (Batista; Alves; Rufca, 2021; Medeiros; Von Wangeheim; Hauck, 2021; Sena; Serra, 2021).

Ao explorar os referenciais teóricos adotados nos estudos das produções brasileiras, identificamos pesquisas que incorporaram categorias conceituais e analíticas transversais. Em relação aos referenciais teóricos adotados, a Sociologia da Infância desponta como a principal base teórica nos estudos analisados. No campo educacional, as análises se fundamentam em abordagens diversificadas, com destaque para os pensamentos de Piaget e Paulo Freire.

Alguns autores, no entanto, adotaram referenciais teóricos e recortes analíticos menos usuais, como é o caso do estudo que analisa o protagonismo juvenil sob a ótica de Michel Foucault (Ferreira, 2021), enquanto outro explora a relação entre protagonismo juvenil e a construção de intelectuais orgânicos a partir da perspectiva de Antonio Gramsci (Reis, et. al. 2023). Ainda que de forma tímida, vemos alguns autores que analisam a temática da participação infantil sob uma perspectiva decolonial e interseccional, integrando a intergeracionalidade e a transversalidade (Salva; Shütz; Mattos, 2021; Oliveira; Ruchel, 2019). Recortes que integram questões de raça, classe, gênero e geração ampliaram o debate acadêmico, oferecendo contribuições interessantes para a compreensão dessa temática em diferentes contextos (Cubillos-Celis; Rojas-Novoa, 2021). Essas abordagens guardam potencial de ampliação das possibilidades analíticas dessa temática.

Concluimos este breve panorama sobre os temas que se destacam na produção acadêmica selecionada reafirmando que a visão ampliada e diversa obtida por meio desta análise reforça a importância de continuar promovendo e aprofundando os estudos sobre a participação de crianças e adolescentes, especialmente no contexto latino-americano.

6.0 - Referências bibliográficas

ALFAGEME, Erika; CANTOS, Raquel; MARTÍNEZ, Marta. De la participación al protagonismo infantil: propuestas para la acción. Plataforma de Organizaciones de Infancia, Madrid, abr. 2003.

BARROS, Adriana G. O direito à participação de adolescentes em acolhimento institucional a partir de suas perspectivas. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2017.

BATISTA, Juliana M.; ALVES, Maril.; RUFCA, Rodrigo L. STEAM na educação infantil: uma prática pedagógica que fomenta o protagonismo da criança no seu processo de aprendizagem. Anais do Computer on the Beach, 2021.

BRASIL. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 de julho de 1990.

CENTRO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE A INFÂNCIA. Bases Bibliográficas – Participação infantil e juvenil: produção acadêmica na América Latina (2005-2023). NET.

CUSSIÁNOVICH, Alejandro V. Paradigma del protagonismo. Materiales de Trabajo, Lima, n. 2, 80p. 2010.

CUBILLOS-CELIS, Paula C.; ROJAS-NOVOA, Soledad R. Infancias y desigualdades de clase y género en América Latina: entrevista a Valeria Llobet. Revista Latinoamericana de ciencias sociales, Niñez Juventud, Colombia, v. 19, n. 2, may.-ago., 2021.

DUTRA, Gisele B. M. D., et. al. O letramento midiático e a produção de um jornal escolar: caminhos para o exercício do protagonismo juvenil. VI Congresso Nacional de Educação, Fortaleza de 24 a 26 de Outubro de 2019, não paginado (5fls.), 2019.

ELE, Kalline; ALBUQUERQUE, Aline. Direito a participação da criança nos cuidados em saúde sob a perspectiva dos Direitos Humanos nos pacientes. Revista Iberoamericana de Bioética, Madri, n.09, p.01-15, 2019.

FERREIRA, Ana Beatriz M. O protagonismo juvenil de adolescentes ao olhar de Michael Foucault. In: VII Congresso Nacional de Educação - CONEDU. 2020, Maceió, Anais, Maceió, Realize Editora, 2023.

FIGUEIREDO, Mônica Regina de A.; RIZZINI, Irene. Reflexões sobre a participação de crianças e adolescentes em espaços de discussão e deliberação de políticas públicas. In: BASTOS, V. P.; PAIVA, A.; NUNES, N. R. (Orgs.). Programa de pós-graduação em serviço social da PUC-Rio [recurso eletrônico]: articulando produções acadêmicas. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2024.

GALLEGO-HENAO, Adriana María. Participación infantil: historia de una relación de invisibilidad. Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud, Colombia, v.13, n.1, p.151–165, 2015.

GIORGI, Víctor. La participación de niños, niñas y adolescentes en las Américas. Instituto Interamericano del Niño, la Niña y Adolescentes (IIN), 2010.

GUARANHA, Daniela D. F. K.; ANTUNES, Bibiana S.; CORSO DA MOTTA, Maria da Graça. Direito à participação no cuidado em saúde de crianças e adolescentes que vivem com HIV. Escola Anna Nery, Rio de Janeiro, n. 27, 2023.

MAIA, Aíka B. B., et. al. Protagonismo dos adolescentes e jovens na prevenção da sua saúde sexual. Research, Society and Development, Itajubá, v. 10, n. 4, p. 1-12, 2021.

MAGISTRIS, Gabriela Paula. La construcción del “niño como sujeto de derechos” y la agencia infantil en cuestión. Journal de Ciencias Sociales, Buenos Aires, a. 6, n. 11, 2018.

MEDEIROS, Giselle A. e S. de M.; VON WANGENHEIM, Christiane G.; HAUCK, Jean Carlo R. O protagonismo de estudantes da educação básica a partir do desenvolvimento de aplicativos para smartphone. Perspectiva: Revista do Centro de Ciências da Educação, Florianópolis, v. 39, n.1, p. 01-18, jan.- mar., 2021.

NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). Convenção sobre os direitos da Criança. (Online).

OLIVEIRA, Ana Cláudia D. de C.; RUSCHEL, Caroline V. Direito intergeracional e transversalidade: o caderno de cidadania e vozes infantis. Revista UFG, Goiânia, v.19, p. 1-14, 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989.

PEREIRA, Marco Aurélio. A construção da educação ambiental a partir do protagonismo juvenil em um grêmio ambiental. Ciência em tela, Rio de Janeiro, v.9, n. 1, 2016.

REIS, Bruna Carolina S. dos, LIMA, Marcia de S. B.; NOZABIELLI, Sônia Regina; BORBA, Patrícia L. de O. Trajetórias juvenis e a construção de intelectuais orgânicos/as. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, São Carlos, v.31, 2023.

RODRIGUES, Golbery de O. C. A., et. al. “Fala na lata” – performance, educomunicação e protagonismo no podcast. Revista Práxis: Saberes da Extensão, João Pessoa, v.11, n.23, p.14-23, dez., 2023.

RIZZINI, Irene. O direito à participação de crianças e adolescentes em espaços públicos. Congresso Americanistas. Anais Universidade de Salamanca, Espanha, 2018.

RIZZINI, Irene. Para além do adultocentrismo: atuação intergeracional em defesa dos direitos de crianças e adolescentes. Sociedad e Infancias, 8(2), 239-263, 2024.

SALVA, Sueli; SCHÜTZ, Litiéli W.; MATTOS, Renan S. Decolonialidade e interseccionalidade: perspectivas para pensar a infância. Cadernos de Gênero e Diversidade, Florianópolis, v.7, n.1, jan.-mar., 2021.

SANTANA, Gildo Rafael de A.; SANTOS, José Ulisses dos. O protagonismo juvenil na conservação da área ambiental Costa dos Corais. Revbea, São Paulo, v.11, n.1, p. 327-334, 2016.

SENA, Lílian de S.; SERRA, Ilka Márcia R. de S. Plataformas digitais e o protagonismo estudantil no contexto do ensino remoto emergencial. TICs & EaD em Foco, São Luiz, v.7, n.2, jul.-dez., 2021.

SILVA, Iolete R. da. R., et. al. Vivências de protagonismo socioambiental por jovens: implicações na constituição do sujeito ético-político. Trends Psychol., Ribeirão Preto, v.26, n.2, p. 617-621, jun. 2018.

SERRÃO, Bianca O.; SARMENTO, Manuel J.; SANTANA, Juliana P. O ativismo digital das crianças em tempos de pandemia. Educação & Sociedade, Campinas, v. 43, 2022.

SERRÃO, Bianca O.; SARMENTO, Manuel J.; SANTANA, Juliana P. Dos “likes” à luta: Participação cívica de crianças nas redes sociais na promoção de direitos. Sociedad e Infancias, v.5, n. 2, p. 3-13, 2021.

TOMAZ, Renata O. Do YouTube à notícia: vulnerabilidade e agência nas representações de crianças produtoras de conteúdo. Galáxia, São Paulo, v. 48, p. 1-24, 2023.

VERA-ÁLVAREZ, Nicolás V.; RIQUELME-SANDOVAL, Sandra. Tensiones culturales en adolescentes migrantes residentes en Chile. Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud, v.20, n.1, p. 1-21, 2022.

